



Foto: Paulo Cabral

## O serviço público e a proposta dos candidatos

Há oito anos pagando pelos desmandos da política do atual governo, os servidores públicos federais esperam que o próximo presidente da República reverta o processo de sucateamento do setor público. As entidades que

representam as categorias, dentre elas a Fenajufer, entregaram documento aos presidentiáveis com a pauta de reivindicações dos trabalhadores. Além da reposição das perdas salariais, os SPF's esperam que o futuro governo de-

envolva políticas que melhorem as condições do serviço público. Os candidatos, por outro lado, falam do que pensam sobre a situação do funcionalismo.

Páginas 06 e 07

### EDITORIAL

A Fenajufer chama a atenção para a necessidade de discutir a Reforma do Judiciário, em tramitação no Congresso Nacional.

Página 02

### MPU EM PAUTA

O procurador Pedro Taques, do Mato Grosso, em palestra no Maranhão explica o verdadeiro papel do Ministério Público.

Página: 03

### ENTIDADES

Em vários estados, como Alagoas, Maranhão e Piauí, os servidores ainda sofrem as retaliações em decorrência da greve.

Página 08

### ENTREVISTA

Paulo Alexandre

O assessor da Cáritas Brasileira, Vitélio Paza, fala da Campanha sobre a Alca e do Plebiscito Nacional. Segundo ele, a participação dos mais de 10 milhões de brasileiros que responderam às três perguntas do Plebiscito obriga aos candidatos à Presidência da República e ao Legislativo a se posicionarem quanto à implantação do acordo.



Páginas 04 e 05



# Discutindo a Reforma do Judiciário

**A**pós a nossa grande vitória que foi a conquista da revisão dos Plano de Cargos e Salários, voltamos as nossas atenções para as questões genéricas que envolvem o país, como as eleições gerais. Outras questões também estão na ordem do dia como a Reforma Trabalhista e a Reforma do Poder Judiciário. Esta última, de extrema importância para o futuro político brasileiro, pouco se está discutindo.

Como sabemos, o Projeto de Emenda Constitucional, a PEC nº 29, teve início na proposta do deputado Hélio Bicudo (PT/SP), posteriormente passou às mãos de Aloísio Nunes Ferreira (PSDB/SP) e tramitou em Comissão Especial na Câmara Federal, tendo como última relatora a deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP). No projeto que foi aprovado na Câmara conseguimos barrar a proposta de extinção da Justiça do Trabalho e impedimos a adoção da Súmula Vinculante. Entretanto, não avançamos na democratização do Poder Judiciário, que entendemos ser o maior problema da Justiça Brasileira.

No Senado Federal, a matéria tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o senador Bernardo Cabral (PFL/AM). Muitas foram as alterações, a tal ponto de, segundo entendimento majoritário, ter que retornar à Câmara dos Deputados quando for aprovada no Senado.

No final do ano passado, o Superior Tribunal de Justiça, por meio do ministro Costa Leite, encaminhou ao senador Bernardo Cabral um conjunto de sugestões que alterou profundamente a proposta saída da Câmara dos Deputados, dentre elas o retorno da Súmula Vinculante e sua ampliação ao STJ e ao TST; instrumento de repercussão geral (no qual a parte deverá demonstrar a repercussão geral as questões federais discutidas no caso, como condição de admissibilidade no STJ); alteração do sistema do precatório, substituindo-o pelos títulos sentenciados líquidos e certos emitidos pelo juízo da execução, podendo ser negociados no merca-

do; irrecorribilidade das decisões nos recursos ordinários no STJ e no Conselho Nacional de Administração da Justiça (composto de sete membros, com mandato de dois anos, com membros do Judiciário – sendo este o controle do Judiciário, sem a participação da sociedade).

Também está sendo proposto no projeto a alteração do artigo 114 da Constituição Federal, ampliando para competência da Justiça do Trabalho processos e julgamentos de ações que envolvam servidor público dos entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), ou seja, além das ações de natureza trabalhista e previdenciária, a Justiça Especializada Trabalhista, já saturada com tais processos e não mais célere como antigamente, estaria se debruçando sobre matérias envolvendo direito administrativo. A questão é extremamente controversa: os servidores municipais e estaduais, regra geral, acham melhor; nós servidores federais achamos que não, por conhecermos a atual situação estrutural e política da Justiça Laboral e, principalmente, como o Tribunal Superior do Trabalho vem julgando as ações de interesse dos trabalhadores. Mas há ainda muita água para passar por baixo dessa ponte.

A necessidade de rediscutirmos essa reforma é premente, enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos. Atualmente, a matéria está praticamente adstrita ao âmbito da Anamatra, Ajufe, Ministério Público, OAB, e STJ. A CUT ensaia processo de discussão e, em breve, deverá estar organizando discussões nacionais a esse respeito. Nós do Judiciário, sem ser corporativista, e por entendermos ser de extrema importância defender uma Reforma séria, qual seja a que contemple a democratização da Justiça, principalmente com o fim da forma de nomeação dos ministros para ocupar a cúpula do Judiciário e com o fim da proposta de súmula vinculante ampliada, conforme proposta do STJ, precisamos voltar a discussão e intervir politicamente no processo.

## CURTAS

### Reajuste minguado

*A expectativa dos servidores públicos federais para o próximo ano não é das melhores. O governo, já no final de seu mandato, encaminhou proposta orçamentária ao Congresso Nacional em que prevê um reajuste linear de apenas 4% para o funcionalismo, a partir de janeiro. Os sindicalistas esperam que os servidores públicos mostrem, no próximo dia 06 de outubro, sua insatisfação com a política do atual governo para o setor público federal.*

### A única saída é a organização popular

*Várias pessoas puderam assistir à mensagem que a presidente da Associação das Mães da Praça de Maio da Argentina, Hebe Bonafini, tinha para passar ao povo brasileiro. Hebe esteve no Brasil, nos dias 15, 16 e 17 de agosto (Brasília/DF e Guarulhos/SP), falando dos 25 anos de luta, que fizeram da Associação das Mães da Praça de Maio um dos mais importantes grupos de resistência do movimento popular, servindo de referência para diversas entidades que lutam contra o modelo opressor imposto pelo imperialismo norte-americano. Hebe Bonafini, ao falar da criação da Universidade Popular das Mães da Praça de Maio e do movimento de piqueteiros, deixou sua mensagem: a única alternativa para mudança é a organização popular e o fortalecimento dos grupos de massa.*



### Mais dívida e menos investimento na Educação

*O governo de FHC promoveu o salto da dívida pública de R\$ 86 bilhões para R\$ 698 bilhões, inviabilizando assim o atendimento de direitos sociais, dentre eles, a educação. Essas informações estão na Carta do 4º Coned (Congresso Nacional de Educação), lançada no final de agosto pelas entidades do setor da Educação. O documento ressalta, ainda, que no Brasil também se constrói e se fortalece um amplo processo de resistência que se expressa em inúmeras e significativas ações de movimentos sociais organizados e partidos políticos de esquerda.*

## EXPEDIENTE

### Fenajufe em Pauta

Jornalista Resp.: Leonor Costa - Reg. 4941-DF

Diagramação: Cleiton Staats

Tiragem: 50 mil exemplares

Gráfica: Relevo

E-mail: fenajufe@fenajufe.org.br

Site: fenajufe.org.br

# O direito de greve e o pacote de novembro

**Luiz Carlos Gonçalves Lucas**  
Presidente do ANDES-SN

**D**esde Collor, sucessivas investidas governamentais têm procurado transformar os servidores públicos em cidadãos de segunda classe por meio da extinção de direitos historicamente conquistados. No Brasil de FHC, onde o Estado se decompõe em relações particulares de força e de influência, já não há limites ao arbítrio, além dos que lhe possam ser impostos mediante o uso de instrumentos de autodefesa.

Para os trabalhadores em geral, a greve tem sido o principal desses instrumentos, direito há muito reconhecido em países minimamente democráticos, mas que, entre nós, ainda não pode ser exercido sem fortes constrangimentos.

Na esfera privada, tem sido crescentemente esvaziado pela ameaça do desem-

prego. Nos órgãos estatais, talvez a principal barreira seja o descaso dos governantes em relação ao funcionamento dos serviços públicos: só costumam dialogar quando percebem riscos de danos à perpetuação do poder estabelecido ou a suas carreiras individuais. Foi o que aconteceu na última greve das instituições federais de ensino superior. Incapaz de dobrar a resistência dos docentes e dos técnicos-administrativos, o governo do professor Fernando Henrique negociou, mas nem por isso deixou de dar exemplo de obscurantismo digno de autocracias menos maquiadas.

A Constituição Federal de 1988 garantira o direito de greve aos servidores públicos. Na ausência da lei que regulamentasse o dispositivo constitucional, havia divergências doutrinárias e jurisprudenciais quanto a sua eficácia. Em ação movida pelo Andes-SN durante a greve, o então ministro Costa Leite

ousou contrariar expectativas governamentais. Desgastado, o governo adotou um conjunto de medidas casuísticas. Enviou ao Congresso dois projetos de lei. Um equipara a greve à inassiduidade habitual. O outro, a pretexto de regulá-lo, busca impedir o exercício de um direito constitucional. Impõe, ainda, que a deflagração da greve seja aprovada em assembléia com a presença de, no mínimo, dois terços da categoria envolvida e exige que pelo menos 50% de cada atividade continuem funcionando. Institui a suspensão imediata do pagamento, que só poderá ser revertida após declarada a legalidade da greve e sob condições especiais de recuperação dos dias não-trabalhados. Em caso de declaração de ilegalidade, fato quase inevitável, as sanções abrangem desde multas aos sindicatos até a demissão dos servidores.

Quando esse projeto foi enviado ao Congresso, já tra-

mitavam outras propostas de regulamentação. Uma delas, da deputada Rita Camata (PMDB/ES), já bastaria para reprimir praticamente qualquer interrupção coletiva do trabalho nos órgãos públicos, mediante uma conceituação extremamente ampla de serviços essenciais. Em novembro de 2001, porém, a iniciativa dessa parlamentar governista não deve ter parecido suficiente, talvez por faltarlhe o teor necessário de truculência.

É inútil procurar em qualquer ordenamento jurídico não ditatorial norma semelhante à defendida pelo atual círculo palaciano. Mesmo a Lei 4330, de 1º de maio de 1964, que permitiu ao regime militar brasileiro colocar na ilegalidade todas as greves dos trabalhadores celetistas, era um pouco mais contida em seu furor autoritário.

Se houver vida após a morte, o general Castelo Branco talvez esteja um pouco preocupado com os arroubos juvenis de alguns de seus novos discípulos.

## Na defesa dos direitos fundamentais

Por Leonor Costa

**O** Papel do Ministério Público na Sociedade foi a palestra do procurador chefe do Ministério Público Federal do Mato Grosso, José Pedro Taques, no Congrejufe/MA, ocorrido de 30 de agosto a 01 de setembro, em São Luís. O procurador iniciou sua fala fazendo uma retrospectiva da história do Ministério Público e da importância de sua atuação em defesa dos direitos humanos.

Ele lembrou dos direitos fundamentais garantidos no art. 6º da Constituição Federal, como o direito à saú-

de, educação, lazer, alimentação e moradia, que devem ser garantidos pelo Estado. Para ele, "o MPU tem a função de defender esses direitos fundamentais".

O procurador ressaltou o art. 127 da Constituição Federal determinando que o Ministério Público seja auxiliar da Justiça, desempenhando uma função essencial ao Estado. "Não há que se falar de Estado sem democracia e o Ministério Público deve ser o defensor da democracia, conforme prevê o art. 127 da Constituição", afirmou.

No entanto, é a partir da Constituição de 1988, ressaltava ele, que surge de fato um

novo Ministério Público. "Um MPU que defende a sociedade, os direitos fundamentais e independente dos três poderes", completa. Ao final, ele falou da importância dos servidores para esse processo de transformação do órgão. "O modelo ideal será atingido quando os trabalhadores e os representantes do MPU seguirem a Constitui-



Procurador Pedro Taques no Congrejufe/MA

ção e sua consciência da necessidade de transformação, e isso já está ocorrendo", finali-

Arquivo Sintrajufe/MA



Paulo Alexandre

Entrevista com Vitelio Paza,  
da coordenação da  
Campanha sobre a Alca.

Por Leonor Costa

Para saber melhor como vem ocorrendo a Campanha Nacional sobre a Alca, culminada com o Plebiscito Nacional, de 01 a 07 de setembro, o Fenajufe em Pauta conversou com o assessor da Cáritas Brasileira e um dos coordenadores do comitê de organização, Vitelio Paza. Ele falou da organização da Campanha, com a participação de entidades sociais, como CNBB, Cáritas Brasileira, MST, CPT e sindicatos, e da expectativa de mudança dos rumos das negociações e até mesmo do total rompimento. Para ele, o Plebiscito Nacional sobre a Alca vai servir para mostrar ao próximo presidente a opinião da sociedade em torno das negociações.

Fenajufe em Pauta - Como iniciou a Campanha Nacional sobre a Alca em todo o país?

Vitelio Paza - O início da campanha não é de hoje. Voltando um pouco no tempo, a gente lembra que a Igreja Católica do mundo todo celebrou o jubileu do nascimento de Cristo, no ano 2000, que foi considerado um marco histórico. Uma das atividades do jubileu 2000, promovida por pastorais sociais, CNBB e diferentes entidades da socie-

# Plebiscito da Alca

Os resultados da campanha em defesa da soberania

dade civil, foi o estabelecimento de um plebiscito da dívida externa. Foi feita uma grande mobilização em vários países para que fosse realizado um plebiscito do perdão das dívidas no jubileu. O resultado foi a participação de 6 milhões de pessoas, que se manifestaram pelo pagamento ou não. Depois a campanha ficou um pouco parada e então surgiu o questionamento de como continuar essa mobilização com os comitês e voluntários que se manifestaram naquela época.

Como aos poucos apareceu a notícia de que o governo norte-americano está fazendo a

***Essa idéia de plebiscito popular, não oficial, puxado por entidades, provou que é possível fazer mobilizações envolvendo o país todo***

negociação com os governos da América Latina em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que começou em 94 e que vinha sendo negociada por baixo dos panos, sem o conhecimento da população e até mesmo do Congresso Nacional, então as mesmas entidades da campanha do ano 2000, CNBB, pastorais sociais, Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Conic, sindicatos, enfim, entidades da sociedade civil, estudaram a possibilidade de organizar um novo plebiscito, uma nova consulta, em torno de um outro tema, que é este da negociação da Alca. Com isso, a partir do ano 2000 se consolidou o início da campanha sobre a Alca e a idéia do Plebiscito Nacional,

que aconteceu de 01 a 07 de setembro.

Fenajufe em Pauta - O Plebiscito Nacional superou a expectativa dos organizadores em termos de repercussão e de participação popular?

Vitelio Paza - Como certeza o número de participação de entidades e de voluntários foi bem maior do que a de 2000, no Plebiscito da Dívida Externa. Um pouco pela experiência anterior. Essa idéia de plebiscito popular, não oficial, puxado por entidades, provou que é possível fazer mobilizações envolvendo o país todo. Tem ainda um porém que é o fato da campanha da Alca está acontecendo junto a uma campanha eleitoral. Então houve uma caminhada em conjunto, mas ao mesmo tempo uma dispersão de forças. Eu digo dispersão em um determinado momento, porque em outros houve uma unidade muito grande. As eleições estão ajudando a campanha sobre a Alca, que também está ajudando as eleições. Então há uma conjuntura diferente neste momento, e o que se percebe é que há maior avanços, em nível de organização e em número de comitês e de pessoas trabalhando.

Fenajufe em Pauta - Eu gostaria de saber se as discussões em torno das eleições, em quem votar, a necessidade de mudança, ainda mais com a perspectiva de ser eleito um candidato da esquerda, pautaram a campanha sobre a Alca ou se foi ela que pautou o discurso dos candidatos?

Vitelio Paza - Acho que são as duas coisas. As eleições e a campanha sobre a Alca estão se somando e complementando. Há comitês e há lugares onde isso está acontecendo de maneira mais evidente. Existem locais onde houve até uma oposição ao Plebiscito. Porém, o mais significativo é que o momento em que essa consulta

popular está sendo discutida na sociedade ela provoca os candidatos a se ligarem ao assunto da Alca, e as entidades tiveram a possibilidade de propor aos candidatos sua posição sobre o tema. A participação dos mais de 10 milhões de brasileiros que responderam as três perguntas do Plebiscito obrigou os candidatos a se manifestarem. Evidente que os candidatos são as pessoas que ficam mais incomodadas.

Outra questão é que o eleitor e as entidades poderão cobrar do próximo governo qual será sua postura diante da continuação da negociação. Então isso está forçando os candidatos a conhecerem melhor o assunto e terem que assumir posições públicas sobre esse acordo.

Fenajufe em Pauta - Caso o resultado das eleições confirme as pesquisas eleitorais e o candidato do PT saia



Sobera  
Alca

vitorioso, você acredita que ele vá romper com as negociações em torno da Alca?

Vitélío Paza - Com certeza se continuar, a negociação não será do jeito que está sendo. Ele vai chamar a um novo tipo de negociação ou até mesmo ao rompimento total. Agora, acreditamos que ele possa fazer um rompimento absoluto. Aí é que vai entrar a importância do Plebiscito, porque o Lula sozinho não terá muita força para fazer um rompimento, mas a sociedade civil apontando para isso, com certeza ele poderá fazer.

Fenajufe em Pauta - Os organizadores acreditam que a campanha e o Plebiscito tiveram a mesma dimensão de outras campanhas que envolveram a sociedade civil, como a Campanha pelas Diretas e o impeachment de Collor, que levaram milhares de pessoas às ruas?

Vitélío Paza - Ela tem características bem diferentes, mas tem uma importância igual ou até superior. Por exemplo, as Diretas Já e o impeachment de Collor foram as-

suntos que envolveram questões internas do país, com problemas de corrupção e tal. O tema da implantação da Alca envolve 33 países, de toda a América do Sul, da América Central e América do Norte, apenas Cuba não está na negociação porque os EUA não aceitam. Então é por isso que a dimensão desse Plebiscito é muito grande e o conteúdo dele é diferente das mobilizações nacionais abordando questões apenas internas do Brasil. A questão da Alca tem envolvimento latino-americano e com uma questão importante que é a economia dos Estados Unidos e toda a política norte americana. Então a gente avalia que há um envolvimento muito mais complexo em termos de informações e conteúdo. É uma negociação que está sendo feita que pode ser aceita ou não. É necessário ver quem ganha e quem perde com isso. Tem se a certeza, ainda, de quem é mais forte nessa negociação e quem está conduzindo e que não quer abrir mão deste poder de monopólio: são os EUA.

O Brasil tem uma importância primordial nessa campanha, devido à sua hegemonia na América Latina, então se ele consegue questionar esse acordo e dar passos largos no sentido do rompimento, significa que muitos países da América Latina vão se unir ao Brasil. Por outro, se o Brasil parar de questionar e fechar o acordo muitos países entram junto no bloco.

Fenajufe em Pauta - Você acha que seria possível acontecer no Brasil o mesmo que vai acontecer na Venezuela, um Plebiscito oficial sobre a Alca?

Vitélío Paza - Um dos objetivos desse plebiscito é primeiro tornar público a negociação em torno da Alca que já estava acontecendo há um tempo sem o conhecimento da sociedade, e isso já se alcançou. O segundo objetivo, e isso vai ser discutido, é qual será a forma de propor ao novo governo e ao novo Congresso Nacional um Plebiscito Nacional oficial em torno do assunto, assim como a Venezuela já está organizando para o ano que vem.

Fenajufe em Pauta - Quais

serão as próximas atividades, de grande repercussão, no Brasil e na América Latina que integrarão a Campanha sobre a Alca? Parece que vai ter um encontro em Quito, no Equador, sobre a Alca?

Vitélío Paza - Em Quito, no final de outubro, terá o encontro dos delegados do governo de cada país para continuar as negociações. Paralelo a essa reunião oficial, as entidades do Brasil e demais países estão puxando um encontro também em Quito para fazer um contraponto ao encontro oficial. Então vai ser colocado a experiência do Plebiscito do Brasil e serão colocadas as experiências dos outros países, além de tomar decisões de como continuar a campanha e garantir que o acordo não



### *É um acordo de um gigante contra países pequenos que têm menos poder econômico*

aconteça nos moldes em que está sendo encaminhado ou para que não aconteça nada de acordo. Será uma atividade de suma importância.

Fenajufe em Pauta - Para terminar, independente do presidente que assuma, como os comitês regionais e os grupos do movimento popular que estão participando da Campanha devem atuar para fiscalizar o governo e garantir a não adesão do Brasil à Alca?

Vitélío Paza - Até os dias das eleições incomodar todos os candidatos com essa questão do acordo da Alca. Depois das eleições, já com os nomes eleitos, todos os comitês devem cobrar o compromisso que foi feito durante a campanha de lutar contra a Alca

e questionar se ele vai fazer isso depois que tomar posse. A outra ação é em relação ao novo presidente da República. A coordenação nacional está assumindo a responsabilidade de levar essa questão ao novo governo, como também tentar dialogar junto no sentido de impedir que o acordo vá adiante.

Fenajufe em Pauta - As mobilizações vão continuar?

Vitélío Paza - As mobilizações continuam, com certeza. Eu tenho a impressão de que na conjuntura atual, se em algum momento as eleições atrapalharam o plebiscito ou se o plebiscito interferiu nas eleições, o ganho foi de todos. Com as discussões os questionamentos vieram a tona. Eu acho que Plebiscito e eleições estão apontando um diagnóstico do governo atual e ao mesmo tempo apontando caminhos para um novo governo, qual a direção que ele deve tomar em torno de um assunto tão perigoso para América Latina, com a proposta que está sendo feita.

Os EUA estão ganhando nisso. É um acordo de um gigante contra países pequenos que têm menos poder econômico. Eu faço uma comparação que esse acordo do jeito que está indo se não houver mudança é uma partida de futebol que no primeiro chute vai ficar oito a zero para os Estados Unidos. Eu não sei se gente vai conseguir empatar ou fazer algum gol, ganhar eu acho muito difícil. Então, por

A

nia sim,  
a não

# O que os servidores públicos federais esperam do próximo presidente

Paulo Cabral

Por Leonor Costa

**A** barbárie neoliberal instalada na última década no Brasil produziu, dentre os seus mais perversos efeitos, a destruição de direitos do trabalhador e o ataque frontal e concentrado ao Serviço Público. A amarga experiência, vivida por todos os servidores públicos comprometidos com a real qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, permite o redimensionamento da luta em favor da manutenção de seu caráter público estatal". No trecho do primeiro parágrafo do documento elaborado pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (Cnesf) e entregue aos candidatos à Presidência da República, os representantes dos servidores federais puderam expressar seu descontentamento com a política adotada pelo atual governo em relação ao setor público. Para as lideranças sindicais que representam os cerca de 900 mil servidores federais, foi promovido um forte ataque ao setor público, com as privatizações, retirada de direitos trabalhistas, pacote anti-greve e outras



Servidores federais realizam marcha na campanha salarial de 2000

ações do atual governo.

O documento vai além de denúncias da situação do setor público. Ele apresenta os anseios dos trabalhadores e o que eles consideram de extrema importância e urgente para a melhoria e garantia de um serviço público de qualidade. É um resumo do que as categorias do Judiciário e MPU, Educação, Saúde, Previdência Social e Receita Federal esperam que o próximo presidente da República faça para reverter o processo de sucateamento que se instalou dentro dos órgãos públicos da esfera federal. São oito anos de congelamento salarial, ame-

ações de direitos trabalhistas e medidas de coerção, que só têm aumentado a indignidade dos servidores e reforçado seu poder de mobilização e resistência.

Os SPF's reivindicam, dentre os vários pontos, reposição das perdas salariais, recomposição dos quadros de pessoal, garantia de segurança e previdência públicas, direitos sindicais. Estas questões devem se inserir no atual contexto político brasileiro, marcado pelas eleições gerais em todo o país, e se fazerem presentes no programa do próximo governo.

## O que os candidatos oferecem

Em atividade organizada pela Cnesf, as entidades dos SPF's entregaram o documento com as reivindicações aos coordenadores das campanhas dos candidatos do PSTU e do PCO. Os outros quatro candidatos não puderam comparecer e nem enviaram representantes. Ainda assim, a Cnesf encaminhou aos demais candidatos cópia do documento, com exceção do candidato Ciro Gomes, cuja assessoria não deu retorno à Coordenação.

Expedito Medonça, representante da candidatura de Rui Pimenta, do PCO, afirmou

que sua participação no ato de entrega do documento dos SPF's teve o objetivo de assumir um compromisso com os trabalhadores e que a pauta de reivindicações constará do programa de governo do candidato de seu partido. Ele garantiu, ainda, que é compromisso do candidato fortalecer a luta das categorias, com políticas claras que mobilizem os servidores públicos.

Em relação ao reajuste de 3,5%, de janeiro de 2002, único do governo FHC ao funcionalismo público, o candidato Zé Maria, do PSTU, considera que foi um desrespeito e que o atual governo promoveu um confisco dos salários dos trabalhadores. "Os servidores viram seu nível de vida cair abruptamente, enquanto o governo FHC seguia pagando a dívida externa a garantindo salários exorbitantes para parlamentares, juízes e toda a alta burocracia estatal", afirmou Zé Maria, que defende a reposição em 100% das perdas salariais dos últimos oito anos de acordo com a inflação para todo o funcionalismo público.

Para o candidato do PSTU, é necessário ser desenvolvido um plano de obras públicas com a construção de escolas, universidades, hospi-



Categoria judiciária e ministerial integra luta unificada dos SPF's

Paulo Cabral

tais, casas populares e saneamento básico. "Somente este plano de obras públicas, além do investimento nas demais áreas do serviço público, exigirá uma ampliação dos quadros e é evidente que isto se fará por meio de concurso público", defende.

No dia 04 de setembro, o candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT, primeiro colocado nas pesquisas eleitorais, recebeu pessoalmente o documento das mãos de representantes das categorias dos SPF's, durante atividade na Universidade de Brasília. Para o petista, é seu compromisso de governo valorizar e qualificar cada vez mais o serviço público em defesa da sociedade. "Nos últimos oito anos, os funcionários públicos fede-

rais amargaram uma enorme desvalorização de seus salários. É claro que precisaremos reverter essa situação gradualmente", reforçou.

Para que essa mudança ocorra, Lula garante que é preciso responsabilidade e diálogo com todos os setores sociais. "Nossa estratégia de desenvolvimento defende um novo projeto de nação. Vamos reverter a atual política de privatização e terceirização de serviços essenciais. E vamos garantir remuneração digna para os funcionários públicos", ressaltou o presidenciável.

Na opinião de Roberto Amaral, coordenador do programa de governo do candidato do PSB, Anthony Garotinho, o primeiro passo para

a melhoria do serviço público é a recuperação da autoestima do servidor público federal. Para isso, o candidato propõe, além da atualização do poder de compra do salário, avaliação de desempenho, promoção de cursos em convênio com universidades federais e abertura de novas vagas nos órgãos por meio de concurso público. "Em seu governo, Garotinho pretende investir na melhoria da qualificação profissional, promovendo cursos para a qualificação do servidor, na universidade e no próprio local de trabalho", garantiu.

Os coordenadores de programa de governo do candidato governista José Serra e do candidato da Frente Trabalhista, Ciro Gomes, foram

procurados pela redação do Fenajufe em Pauta, mas não apresentaram suas propostas para o setor.

Depois de refletir sobre a situação do serviço público e dos servidores e avaliar o posicionamento dos candidatos à vaga de FHC, até mesmo dos que não deram resposta, fica lançada a pergunta que está no documento dos SPF's: "Como assegurar a qualidade dos serviços públicos, cujas características principais são a continuidade, o aperfeiçoamento e a democratização dos serviços prestados à sociedade, resguardando a autonomia das administrações públicas em relação ao poder econômico?". Será que as opiniões mencionadas acima correspondem aos anseios do funcionalismo público?

pcs

## Antecipação de parcelamento deve entrar na ordem do dia

O congresso do Sintrajufe/MA e do Sintrajusc, realizados recentemente, aprovaram nos seus planos de luta a busca da antecipação das parcelas dos PCS do Judiciário Federal e do MPU. Também aprovaram a proposta de elevação da GAJ para 30% no PCS do Judiciário.

A antecipação do parcelamento pode se tornar uma bandeira geral da categoria em todo o país. Durante a

greve pela revisão dos PCS, o então comando nacional de greve tentou manter a formulação original dos projetos que garantia GAJ e Gampu de 30%. Como é sabido, o governo FHC tentou de todas as maneiras evitar a aprovação dos Projetos de Lei. Com resistência e luta dos trabalhadores recuou, mas impôs que houvesse uma redução no impacto financeiro geral em 20% e que fosse implementado parceladamente. A que-

da de braço permaneceu durante todo o processo de greve e negociação.

Os trabalhadores ministeriais tiveram êxito em manter sua gratificação em 30% (Gampu). A antecipação do parcelamento e a manutenção do valor integral da GAJ foram tentadas até o último momento da greve, mas em decorrência de um conjunto de fatores, não foi possível obter êxito nessa empreitada.

Na X Plenária Nacional da Fenajufe, marcada para ocorrer de 22 a 24 de novembro, essas duas questões, dentre outras relacionadas aos PCS, deverão ser discutidas e, provavelmente, incluídas no plano de lutas. De qualquer forma, a questão está aberta ao debate e os sindicatos e a categoria precisam de imediato retomar essa discussão. O assunto PCS está muito longe de se encerrado.

## Assuntos de aposentadoria em pauta

Os participantes da Reunião Ampliada sobre Assuntos de Aposentadoria da Cnesf reafirmaram a importância da realização do 2º Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos das Três Esferas. Em Plenária Nacional dos SPF's, foi aprovado o indicativo para a realização do encontro nos dias 6, 7 e 8 de dezembro deste ano, em Luziânia/GO. O tema central serão as questões relacionadas à Reforma da Previdência e suas implicações para os servidores públicos. As entidades devem realizar encontros regionais precedendo o Encontro Nacional de dezembro. O Sitramg já marcou o seu encontro para o dia 27 de novembro, em Belo Horizonte.

## sintraj ufe-ma

### Ação impede corte de ponto na Procuradoria do Trabalho

Em represália à participação dos servidores na greve pelo PCS, a Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região decidiu descontar os dias parados, cortando os salários. Para reverter a situação e garantir o pagamento, a Assessoria Jurídica do Sintrajufe-MA ingressou com ação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e teve garantida antecipação de tute-

la, resguardando o direito dos trabalhadores aos seus salários.

“Na prática, o que aconteceu foi que o TRF da 1ª Região, em Brasília, ainda não julgou o mérito da questão, mas concedeu a liminar”, explica Pedro Duailibe, advogado do Sindicato. Ou seja: a questão ainda não está resolvida, já que a Advocacia Geral da União agravou da deci-

são que garante o pagamento.

O Tribunal ainda não se decidiu e os servidores estão aguardando a posição do relator responsável pela questão no TRF. Entretanto, a categoria está atenta e consciente que não pode deixar de lutar pelos seus direitos, especialmente depois de ter visto os resultados obtidos na luta pelo Plano de

Cargos e Salários.

Em relação à Procuradoria da República no Maranhão, os servidores já estavam preparados para a retaliação que poderia partir da Procuradoria Geral da República e que até agora não se concretizou. A Assessoria Jurídica do Sindicato está preparada para rebater qualquer tentativa de lesão ao legítimo direito que os trabalhadores têm de, amparados pela Constituição, fazer greve.

## sindjus-al

### Servidores do TRE de Alagoas continuam sem FC's

As retaliações praticadas por presidentes de alguns tribunais, como forma de punição aos que aderiram à greve da categoria, puderam comprovar que o direito dos trabalhadores de se mobilizarem ainda incomoda a muitos detentores do poder. Depois de encerrado o movimento grevista do Judiciário e do MPU, em muitos estados houve perda de funções comissionadas e cortes de pontos.

Foi o que aconteceu, na

Justiça Eleitoral de Alagoas. Nove servidores tiveram corte de pontos e dois foram exonerados de suas funções. Segundo o Sindjus/AL, o diretor geral do TRE/AL, Edney dos Anjos, convocou secretários e coordenadores para pressionar funcionários a deixarem suas funções. Revoltado às perseguições, três servidores entregaram suas FC's. Em troca, a direção do órgão transferiu os grevistas do prédio do TRE para os cartórios eleitorais.

Com o objetivo de tentar reverter os casos de retaliações, para que nenhum trabalhador fique prejudicado por ter se mobilizado pela revisão do PCS, a Fenajufe e o Sindjus/AL se reuniram com o presidente do Tribunal, desembargador Jairon Maia Fernandes. Os representantes da categoria conseguiram, a partir do encontro, que os servidores tivessem de volta os dias descontados. No entanto, eles continuam sem suas funções.

Preocupado com a omissão da direção do Tribunal e com os prejuízos sofridos pelos trabalhadores envolvidos, a Fenajufe solicitou uma nova reunião com o presidente do TRE para cobrar a devolução das FC's, com base na determinação do TSE de não punir servidores grevistas. O Sindjus/AL reiterou o pedido à direção do órgão, mas até o momento não obteve retorno quanto à data da audiência. E os servidores continuam sem FC's.

## sintraj ufe-pi

### Presidente do TRT/PI prejudica servidores

A atitude do presidente do TRT do Piauí, juiz Fausto Lustosa Neto, de exigir a compensação de horas da greve do PCS tem prejudicado os trabalhadores que aderiram ao movimento. A atitude mais recente foi a transferência de servidor para outro setor, com a alegação de que na folha de frequência do mês de agosto o trabalhador não fez a compensação de horas. O documento que determina a transferência do servidor é assinado pelo secretário geral da Presidência do TRT/PI, Marcelo Jerferson Evangelista.

Cita ainda o documento, que a nova chefia imediata do



Trabalhadores do TRT/PI participaram ativamente da greve

servidor tem poderes para fiscalizar o cumprimento do ato que determina a compensação de horas.

Vários servidores relatam que estão enfrentando trans-tornos e uma reorganização

de horários para poderem se submeter a essa coação do TRT/PI. Um exemplo é daqueles que também são estudantes e que para não serem prejudicados, nem no trabalho e nem nas ativida-

des acadêmicas, cumprem a compensação aos sábados.

O Sintrajufe/PI continua com o processo para impedir que os trabalhadores do TRT/PI façam a compensação hora/hora. Já entrou com recurso no TRF, tendo sido indeferido. Antes, o processo esteve em duas Varas.

A diretoria do Sintrajufe/PI tem denunciado a atitude do juiz como sendo de coação moral e reafirma que a greve é um direito constitucional e natural do cidadão brasileiro e que o juiz-presidente visa tão somente punir aqueles que aderiram à greve, que teve duração de 46 dias em Teresina.